

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.818 - SP (2019/0227616-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
ADVOGADOS : MARIANA FLEMING SOARES ORTIZ - SP363965
JOÃO CARLOS FARIA DA COSTA E OUTRO(S) - SP319628
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negando provimento a agravo em execução para manter a decisão que deixou de conhecer de recurso em sentido estrito interposto em face do indeferimento de pedido de instauração de incidente de falsidade documental formulado por REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ.

Nas razões do especial, fulcrado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 581, XVIII, e 619 do Código de Processo Penal.

Sustenta, em síntese, que o recurso em sentido estrito é cabível na hipótese dos autos.

Contra-arrazoado (e-STJ fls. 276/285) e admitido (e-STJ fls. 288/289), manifestou-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo desprovimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 298):

RECURSO ESPECIAL FUNDADO NA ALÍNEA "A" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL INCIDENTE DE FALSIDADE. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DECISÃO QUE APENAS INDEFERE PEDIDO DE INSTAURAÇÃO. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. CABIMENTO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO APENAS CONTRA DECISÃO QUE DECIDE O INCIDENTE JULGANDO O MÉRITO. NÃO PREVISÃO DE RESE NO ART. 581 DO CPP. TAXATIVIDADE. APELAÇÃO INTERPOSTA NOS AUTOS. QUESTÃO A SER DISCUTIDA EM PRELIMINAR DE APELAÇÃO. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada não havendo que se falar em violação do art. 619 do CPP.

São estes os fundamentos do acórdão recorrido (e-STJ fl. 267):

Cumpre enfatizar que a hipótese contemplada pelo inciso XVIII do artigo 581 do Código de Processo Penal, impugnável por recurso em sentido estrito, refere-se claramente ao mérito do incidente de falsidade documental.

De fato, consoante o aludido dispositivo legal, é recorrível, no sentido estrito, a decisão que julga procedente ou improcedente, o incidente, e não o ato que delibera a respeito de sua instauração.

Não é viável, por interpretação extensiva, equiparar essas situações. Substancialmente distintos os juízos de admissibilidade e de mérito, não é dado considerar que, ao prever a recorribilidade deste, quis a lei abranger aquele.

Em outras palavras, o indeferimento do requerimento de instauração do incidente de falsidade documental não está implicitamente contido no inciso em questão.

Com razão a defesa.

O recurso em sentido estrito é destinado a impugnar determinadas decisões proferidas ao longo do processo cujos casos de cabimento estão expressamente previstos em lei.

O Código de Processo Penal, em seu art. 581, XVIII, prescreve:

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

[...]

XVIII - que decidir o incidente de falsidade.

Como se pode observar, a lei expressamente prevê a interposição do recurso em sentido estrito para impugnar decisão que decide incidente de falsidade, independentemente de sua natureza.

Nesse sentido as lições de Aury Lopes Júnior:

Superior Tribunal de Justiça

Estabelece o art. 145 do CPP, e seguintes, que, sendo arguida por escrito a falsidade de um documento constante nos autos, deverá o juiz mandar autuar em apartado a impugnação, ouvindo a parte contrária, que no prazo de 48 h oferecerá resposta. Reconhecida a falsidade documental por decisão irrecorrível, mandará o juiz desentranhá-la dos autos, remetendo a seguir para o Ministério Público tomar as medidas que entender cabíveis. Se não acolhida a alegação de falsidade do documento, permanecerá ele nos autos, surtindo todos os efeitos probatórios.

O recurso em sentido estrito é o meio de impugnação adequado para atacar a decisão proferida neste incidente, independentemente de sua natureza. (in Direito Processual Penal, 9ª edição, pág. 1212).

Guilherme de Souza Nucci assim dispõe sobre o tema:

9. Decisão e recurso: contra a decisão que defere ou indefere o incidente de falsidade cabe recurso em sentido estrito (art. 581, XVIII, CPP). Somente após o trânsito em julgado, caso seja o documento considerado falso, haverá o desentranhamento. (in Código de Processo Penal Comentado, 17ª edição, pág. 391)

A corroborar a assertiva, veja, ainda, o seguinte precedente desta Corte:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTELIONATO TENTADO (ARTIGO 171, CAPUT, COMBINADO COM O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). INDEFERIMENTO DA INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE FALSIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT IMPETRADO NA ORIGEM. MANDAMUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CABÍVEL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DIRETA À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO DO RECORRENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

1. O mérito do reclamo, qual seja, a legalidade ou não do indeferimento da instauração do incidente de falsidade pela magistrada de origem não foi apreciada pela autoridade apontada como coatora, que não conheceu do writ ali impetrado no ponto, circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre o tema, sob pena de atuar em indevida

Superior Tribunal de Justiça

supressão de instância.

2. Por outro lado, não se vislumbra qualquer irregularidade no não conhecimento do mandamus originário, pois como bem consignado pela Corte Estadual, caberia ao recorrente interpor recurso em sentido estrito contra a decisão que indeferiu o incidente de insanidade nos termos do artigo 581, inciso XVIII, do Código de Processo Penal.

3. Este Superior Tribunal de Justiça vem entendendo não ser cabível a impetração de habeas corpus em substituição aos recursos cabíveis.

Precedente.

4. Ademais, deve-se destacar que neste recurso ordinário constitucional questiona-se apenas e tão somente a pertinência de determinada prova pretendida pela defesa, circunstância que reforça o não cabimento do mandamus, já que eventual ofensa à liberdade de locomoção do recorrente é apenas indireta ou reflexa.

5. Recurso improvido. (RHC 29.931/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2013, DJe 08/05/2013)

Diante do exposto, **dou provimento** ao recurso especial, para o fim determinar que o Tribunal *a quo* conheça do recurso em sentido estrito e aprecie o seu mérito.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator